

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata o presente administrativo dos procedimentos para contratação direta da empresa ANA BELLA GEIGER EIRELI para o empréstimo de 15 (quinze) obras de arte da artista plástica Anna Bella Geiger, descritas no item 1.7 do TERMO DE REFERÊNCIA que integra o Anexo do CONTRATO, com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação (DRC) do TCE-RJ, para a exposição “ENCONTRO DE GERAÇÕES” a ser realizada na Galeria do ESPAÇO CULTURAL HUMBERTO BRAGA do TCE-RJ, localizado na Praça da República, 54– Centro -Rio de Janeiro/RJ, no período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2023.

Após análise efetuada pela CLC, o feito foi encaminhado à CPG, que procedeu ao bloqueio orçamentário, em 03.08.23, através da Nota de Reserva 2023NR00080, autorizado em 02.08.23.

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 08.08.2023, e **opinou pela aprovação da contratação direta**, conforme excerto abaixo:

“(…)

A presente hipótese enquadra-se no inciso II art. 74 da Lei nº 14133/2021, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada, diretamente ou por empresário exclusivo.

(…)

Com relação ao fato da contratação se dar com pessoa jurídica, infere-se da peça nº 46 tratar-se de uma sociedade unipessoal, da própria artista, a Sra. Anna Bella Geiger, de modo que entendo estar preservado o caráter absolutamente intuito personae que justifica a inexigibilidade da contratação, inspirando a hipótese do art. 74, II em questão.

*Por todo o exposto, e uma vez feita a análise prévia a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14133/2021, verificado o preenchimento dos requisitos pertinentes a que se refere o art. 72 do mesmo diploma legal, **nada oponho à contratação direta em questão, restando aprovada a minuta constante na peça nº 49 e demais anexos.*** (grifo nosso)

Também ficou consignado o seguinte na análise jurídica feita (peça nº 58):

“Estou de acordo com o parecer constante da peça 57, no qual se conclui pela aprovação dos aspectos jurídicos da contratação, nos termos do § 4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.” (grifo nosso)

Diante do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº 52, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor do favorecido, e posteriormente à CLC para a adoção das providências cabíveis.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela, **AUTORIZO**, *ex vi* do art. 72, inc. VIII, alínea “f” e § 3º da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21 encaminho os autos a essa Coordenadoria para a emissão de empenho, em favor da empresa ANA BELLA GEIGER EIRELI, CNPJ: 20.295.005/0001-04, no valor de R\$4.500,00 (quatro três mil e quinhentos reais), à conta do presente exercício financeiro, **com o posterior envio à CLC**, para adoção das providências cabíveis.

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265